



## UMA ABORDAGEM ACERCA DO AI-5 EM CONTRASTE COM OS DIREITOS HUMANOS CONSTITUCIONAIS

*AN APPROACH TO AI-5 IN CONTRAST TO CONSTITUTIONAL HUMAN RIGHTS*

Francisco das Chagas Bezerra Neto<sup>1</sup>, Clarice Ribeiro Alves Caiana<sup>2</sup>, Raíssa Julie Freire Gouvêa<sup>3</sup>, Eliezio Nascimento Barboza<sup>4</sup>, Patrício Borges Maracajá<sup>5</sup>

**RESUMO-** Com a promulgação da Carta Magna de 1988, muitas das determinações arbitrárias do Ato Institucional número 5 foram contrastadas pela inclusão de direitos fundamentais dentre as cláusulas pétreas. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é investigar até que ponto o processo de redemocratização da nação foi capaz de recompensar à sociedade brasileira com relação à dívida histórica ocasionada pela intervenção militar e a implantação do AI-5. Para tanto, desenvolveu-se um ensaio teórico com investigação de bibliografia histórica sobre o tema, chegando-se ao resultado de que, embora o processo tenha sido majoritariamente bem-sucedido, ainda há lacunas na Constituição Federal que permitem que normas e decretos similares aos Atos Institucionais possam ser promulgados, bem como leis que garantem direitos fundamentais sejam desprezadas. Concluiu-se, enfim, que ainda há uma premência para a proteção aos direitos humanos no Texto Constitucional, visto que as inconsistências supramencionadas não asseguram a preservação plena das garantias fundamentais.

*Palavras-chave:* Redemocratização. Direitos humanos. Constituição Federal. Ato Institucional N°. 5.

**ABSTRACT-** With the promulgation of the Magna Carta of 1988, many of the arbitrary determinations of Institutional Act 5 were contrasted by the inclusion of fundamental rights among the petrous clauses. In this sense, the objective of this article is to investigate the extent to which the process of redemocratization of the nation was able to reward Brazilian society in relation to the historical debt caused by military intervention and the implementation of AI-5. To this end, a theoretical essay was developed with investigation of historical bibliography on the subject, reaching the result that, although the process was mostly successful, there are still gaps in the Federal Constitution that allow norms and decrees similar to institutional acts can be enacted, as well as laws that guarantee fundamental rights are disregarded. Finally, it was concluded that there is still a focus on the protection of human rights in the Constitutional Text, since the above-mentioned inconsistencies do not ensure the full preservation of fundamental guarantees. *Keywords:* Antitrust. New Brazilian Antitrust Law. Defense of Competition. Constitutional Law. Legal Economics.

*Keywords:* Redemocratization. Human Rights. Federal Constitution. Institutional Act No. 5.

<sup>1</sup>Graduando em Ciências Jurídicas e Sociais - Direito pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

<sup>2</sup>Graduanda em Ciências Jurídicas e Sociais - Direito pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

<sup>3</sup>Graduanda em Ciências Jurídicas e Sociais - Direito pela Universidade de Fortaleza - UNIFOR.

<sup>4</sup>Graduando em Engenharia Ambiental pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará-IFCE

<sup>5</sup>Dr e Prof. Visitante do CCJS/UFCG – Sousa / PB.